

JOSÉ LOUREIRO FERNANDES, UM INTELLECTUAL NA “PROVÍNCIA”

Márcia Scholz de Andrade Kersten*

Sinto-me honrada com o convite e agradeço ao Departamento de Antropologia e ao Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas a oportunidade de participar deste Evento.

No meu entender, esta comemoração da qual hoje participamos transcende seu próprio objetivo. Em especial, constitui uma luta para desbloquear os caminhos da lembrança, dos quais, normalmente, só registramos fragmentos. Na maior parte das vezes, lembrar é reconstruir com as idéias do presente experiências do passado. E, mais que isto, a memória não tem apenas caráter pessoal, ela é também familiar, grupal e social, tal como afirma Ecléia Bosi (1994).

Com essas considerações e numa tentativa de transformar o professor Loureiro num “outro”, ou o “familiar” em “exótico”, função tradicional do antropólogo, remeto à idéia de que o conhecimento é vivido dentro de uma tradição cultural, cuja urdidura é sempre reinterpretada. E, sobretudo, são relações intersubjetivas que se estabelecem entre quem fala e de quem se fala.

Por isso mesmo, comemorar os 100 anos de nascimento do professor Loureiro Fernandes implica revelar, mais que uma biografia, algumas aventuras da pesquisa etnográfica a partir de um diálogo polifônico entre o antropólogo, os grupos estudados, sua memória e o presente.

Nascido em Lisboa, em março de 1903, foi registrado no Consulado Brasileiro, pois seus pais, portugueses, residiam no Brasil. Médico por formação, buscou especializar-se em Antropologia e Etnologia, aprimorando-se em instituições na Alemanha, junto ao Museu do Homem em Paris, e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Dedicou, assim, grande parte de sua vida à formação de jovens professores e pesquisadores em Arqueologia e Antropologia.

O período em que Loureiro gestou e iniciou sua atuação intelectual

* Professora Adjunto IV do Departamento de Antropologia, aposentada pela UFPR. Vice-Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

e política, nos anos de 1920/30/40 e 50, assinalou decisivas transformações nos planos econômico, social, político e cultural no país: a aceleração da industrialização e urbanização; a crescente intervenção do Estado no campo da economia; a consolidação da classe operária e dos empresários industriais; as revoltas militares; o declínio político da oligarquia agrária; a expansão dos aparelhos de Estado; a criação de novos cursos superiores e o aumento da rede de instituições públicas.

Loureiro fazia parte de um grupo de intelectuais e profissionais liberais que podem ser identificados como *intelectuais de província*,¹ preocupados em construir a história de seu estados e as bases de seu patrimônio. Sócio fundador do Círculo de Estudos Bandeirantes² (1929), agregou-se a intelectuais católicos que tinham por objetivo repensar a cultura paranaense e estabelecer diretrizes políticas para o seu desenvolvimento. Foi também membro ativo do movimento “folclorista”, do qual participavam advogados, médicos, professores, políticos e jornalistas impregnados por um “sentimento de missão”. Esses intelectuais apoiavam-se em vínculos pessoalizados e numa liga de solidariedade e confraternização, muitos deles dedicando-se à pesquisa de maneira irregular. Boa parte desse grupo foi funcionário público, secretários estaduais ou municipais, como o caso do professor Loureiro. Tudo isto somado a incursões pelo jornalismo, docência e política, cultivando ainda uma produção intelectual intermitente nos mais diversos campos (VILHENA, 1997).

Alguns dilemas sobre o Brasil acompanharam o pensamento do grupo de intelectuais do qual Loureiro participava: da “geração romântica”, que elegeu o índio como símbolo, à “geração realista”, que no mais das vezes não se dizia antropólogo, mas acabou praticando e fundando essa disciplina no país. A descoberta da mestiçagem e de “seus males” também aglutinou uma série de estudiosos em torno do repensar o Brasil. Os anos trinta reviram o pessimismo da antiga geração e marcaram um outro olhar sobre o país, fundado pelo movimento modernista e a importante produção de G. Freyre, influenciado pelos ensinamentos de F. Boas. G. Freyre transformou a negatividade do mestiço em positividade, o que permitiu completar os contornos de uma identidade que há muito vinha desenhada (ORTIZ,

¹ Esse termo recebe, algumas vezes, conotação pejorativa, pois, quando se fala em *província*, geralmente, se está se contrapondo à idéia de um padrão regional em que a capital se apresenta como centro dinâmico em relação às outras regiões.

² Loureiro Fernandes, Munhoz da Rocha Neto, Mansur Guérios, Ligarú Espírito Santo, Nicolau dos Santos, dentre outros.

1985:41). No entanto, a questão que permeia todas as diversas concepções continuou a girar em torno da identidade brasileira e refletir a angustiante questão: “Que país é esse?” ou, como afirmou Roberto da Matta, “O que faz do Brazil, Brasil?” (ORTIZ, 1985).

Com essas idéias na cabeça e uma câmara na mão de um outro não menos surpreendente quase-antropólogo, Vladimír Kozák, Loureiro procurou materializar, por meio da metodologia que atualmente se identifica como Antropologia Visual, imagens da diversidade dos “tipos” regionais paranaenses, garimpados por muitos desde 1853, ano da emancipação política do Estado. No campo do patrimônio e da preservação, Loureiro vinculou-se desde 1938 ao grupo liderado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, com o qual sempre manteve estreitas relações. Pensando a especificidade cultural de sua região e integrando-se a um novo campo disciplinar, a Antropologia, lutou pela preservação em várias frentes: das edificações coloniais das cidades litorâneas, à Fonte da Carioca, em Paranaguá; da Igreja de Bom Jesus do Saivá, em Antonina, berço do que se convencionou chamar Paraná Português, ao Caminho das Tropas, encontrado perto de Tamanduá. Pregava ainda a necessidade de estabelecer um parque internacional ao longo das Cataratas do Iguaçu para preservar o ecossistema da região,³ além da sempre intransigente defesa dos sambaquis do litoral.

Demonstrando avanços em suas concepções, Loureiro, já em 1936, argumentava junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense sobre a necessidade de se incluir o termo “natural” à sigla do Conselho, porque “... o domínio da natureza é extremamente vasto, é um patrimônio em relação ao qual a cultura se manifesta interpretando seus princípios facies peculiares, preservando-se de mutação ou da própria destruição em função de meros interesses econômicos” (PARANÁ, 1936:16).

³O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 01.01.1934, pelo Decreto nº 1.035. Faz fronteira com a Argentina, abraçando 1.700km², com área de 170 mil ha. Atualmente, abrange os municípios de Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul e São Miguel Paulista. Ficou conhecido como Parque Nacional do Iguaçu depois de um longo processo, que começou com o Decreto nº 653, de 28 de julho de 1916, após as investidas de Santos Dumont para que o lote número 9 da ex-Colônia Militar de Foz do Iguaçu passasse das mãos do argentino Dom Jesus Val para o domínio público. A conformação atual do Paraná só foi definida em 1944, depois de, em 1939, o governo federal ter colocado a área paranaense sob sua proteção, através de decreto que amparava legalmente a região. O lado brasileiro da mata foi tombado pela UNESCO em 1986. Somado ao seu similar argentino, o Parque Nacional de Iguazu, fundado em 1924 e também tombado pela UNESCO, forma uma reserva de 240 mil hectares (Secretaria do Meio Ambiente/ IPPUC).

Pioneiro e incentivador de pesquisas, criou e dirigiu o Departamento de Antropologia e o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - CEPA - do antigo Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, do qual foi diretor. Também diretor do Museu Paranaense, coordenou sua reestruturação administrativa e acadêmica, incentivou as pesquisas e a ampliação de sua biblioteca.

No Museu Paranaense, o professor Loureiro Fernandes procurou estimular e organizar pesquisas etnográficas e arqueológicas, reinstalando os serviços de taxidermia com a colaboração de jovens pesquisadores, além de iniciar a formação de uma biblioteca técnica com o auxílio de trabalhos voluntários. Considerando o trabalho de seus predecessores, afirmava que **“... nessa primeira fase, a mór parte da evolução do Museu processou-se sob a égide das iniciativas pessoais de dois ilustres paranaenses, sem que vislumbrar se possa qualquer tendência para trabalhos em equipe. Quando muito houve um certo espírito de compreensão das diretorias em aceitar a colaboração espontânea e transitória de especialistas pertencentes a instituições congêneres nacionais e estrangeiras”** (FERNANDES; NUNES, 1956:10).

No campo da política, foi eleito vereador, pela cidade de Curitiba para exercer o mandato entre 1948 e 1951, quando o então governador Moysés Lupion o designou para responder pela Secretaria de Educação e Cultura.

Na Secretaria, ele criou a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná - DPHAC (Lei nº 112, de outubro de 1948), com prerrogativas de Secretaria de Estado, com o objetivo de promover “... a defesa e restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Estado” (PARANÁ, 1948).

A Divisão, pioneira no país, surgira também visando cooperar com os trabalhos desenvolvidos pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, capitaneada por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Até mesmo para adequar-se à legislação, foi recriado um Conselho assessor na área de patrimônio. Criado o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (11.08.49), foi composto por representantes de órgãos e instituições ligadas à cultura no Estado. Este fórum fortaleceria as decisões colegiadas e as discussões democráticas, difundindo responsabilidades. Embora não se possa negar o sucesso desses intelectuais no fortalecimento das atividades acadêmicas e de pesquisa, o grupo não conseguiu se aglutinar em torno de efetivas ações preservacionistas.

Alguns anos mais tarde, o Estado do Paraná que ainda não havia definido legislação própria para sua política preservacionista, deixando-se conduzir pelas diretrizes emanadas do governo federal, fez aprovar a Lei nº 1.211/53,⁴ com a expectativa de deixar para trás as dificuldades que dominaram o cenário até o final da década de 1940. A Lei, ainda em vigor, vinha dispor sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, delegando responsabilidades à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, à época subordinada à Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Educação e Cultura.⁵ Seu objetivo seria a “melhor coordenação e desenvolvimento das atividades à proteção do Patrimônio, Histórico, Artístico e Natural”, estipulando sanções e procedimentos quanto à preservação e ao tombamento de bens. O professor Loureiro Fernandes, delegado do DPHAN para representar sua diretoria no Paraná, sugeriu a urgente necessidade de o governo fazer cumprir a legislação específica, que já tinha definido os sambaquis como sítios de pesquisa de proto-história, conforme rezava o Decreto Estadual nº 1.346, de 1951.⁶

Além dessas atividades, Loureiro Fernandes incentivou a fundação da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, no início da década de 50, da qual participou ativamente desde as primeiras reuniões. Eleito presidente da Associação em 1958, organizou o quarto encontro da entidade, no ano seguinte, em Curitiba.

Os meados dos anos cinqüenta materializaram um sonho de todo etnólogo, o encontro com o “outro”, um grupo de índios Xetá no interior do Paraná, próximo à Serra dos Dourados. Em fevereiro de 1956, Loureiro coordenou expedição de pesquisa da Universidade Federal do Paraná e localizou duas aldeias Xetá no interior da floresta. Deste contato resultaram textos, um filme (Os Xetá), fotografias e pinturas a pastel, obras de Vladimír Kozák; um painel do artista plástico Poty Lazzarotto e inúmeras peças que atualmente compõem os acervos do Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE⁷ - e do Museu Paranaense.

Ao estabelecer pontes entre diferentes instituições uniu a Universidade Federal do Paraná, por meio do Departamento de Antropologia e o Museu Paranaense, que, sob sua coordenação, contaram, em 1956, com pesquisadores do Museu do Homem de Paris

⁴ Apesar de aprovada em 1953, a Lei nº 1.211 só foi regulamentada em 1977.

⁵ Caberia também à Diretoria vigiar os bens tombados, com poderes para inspecioná-los, sempre que julgasse conveniente.

⁶ Somente três décadas mais tarde, em 1982, é que foram tombadas as reservas do Sambaqui de Guaraguaçu A e B.

⁷ A partir de 1992 o MAAP passou a designar-se MAEP e, após 1998, MAE.

em investigações que possibilitaram descobertas de pinturas pré-históricas, à margem esquerda do rio Tibagi.⁸ A equipe franco-brasileira, entre os anos de 1958/59, estudou ainda formações areníticas no Município de Piraí do Sul e trouxe novos elementos para a compreensão da dispersão do homem americano. Na mesma época, estudiosos norte-americanos participaram de pesquisas em sambaquis do litoral.⁹ Materiais coletados nestas pesquisas compõem acervos do Museu de Arqueologia e Etnologia e do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFPR e, do Museu Paranaense.

Nesse meio tempo, o professor Loureiro continuava lutando pela instalação de um museu universitário no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, apoiado pelo SPHAN e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Finalmente, em 29 de julho de 1963, foi inaugurado o Museu de Arqueologia e Artes Populares - MAAP. A concepção museológica que norteou o professor Loureiro, obedeceu à idéia de que objetos e costumes, considerados populares e restos de culturas em vias de extinção, deveriam ser resgatados e preservados, pois representariam a **“autêntica expressão da brasilidade”**. Subordinado ao Departamento de Antropologia da UFPR, o MAAP juntamente com o CEPA tornou-se importante centro aglutinador para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas e antropológicas.

Interessante notar quanto o discurso museológico de Loureiro estava articulado aos temas nacionais sobre folclore e cultura popular, e, seu esforço em articular o nacional e o regional, garantindo a este último uma especificidade sem que a unidade fosse sacrificada. Loureiro inclusive organizara, em 1953, em Curitiba, o 2º Congresso Brasileiro de Folclore, onde promoveu a apresentação dos Congos da Lapa, que considerava uma importante manifestação cultural paranaense, apesar de o discurso dominante à época afirmar a quase inexistência de negros no Estado.

Em todos os momentos importantes da história recente do Paraná, o professor Loureiro esteve presente. As comemorações do Centenário de Emancipação Política, em 1953, foram organizadas por uma comissão por ele coordenada. Dois anos antes do evento a organização das comemorações desenhou um cenário apropriado

⁸ Contribuem com estudos no Paraná Joseph Empeaire e Mme. Annette Laming-Empeaire, que revolucionou o estudo da pré-história universal.

⁹ É o caso do pesquisador Wesley Hurt, que em 1959 explorou o Sambaqui do Macedo em colaboração com pesquisadores do Museu Paranaense e da Universidade Federal do Paraná.

para que as novas versões do Paraná e do homem paranaense fossem veiculadas, o que fortaleceu Curitiba como centro político decisório.

O professor Loureiro faz parte de uma linhagem de intelectuais que se estruturou a partir da fundação do Museu Paranaense, ainda no século XIX. Homens que combinaram ciência e política. Parte da *intelligentsia* local que buscou construir uma imagem da nação.¹⁰ Idéia que se desdobra para distinguir “traços” culturais típicos materializados nas diferentes culturas indígenas, em manifestações culturais, na literatura e mesmo no desenho arquitetônico das edificações. Pessoas que exerciam estas funções num contexto onde o espaço para as atividades intelectuais era reduzido, o que fazia com que as conexões pessoais fossem mais freqüentes e a autonomia entre o campo intelectual e o político fosse menor do que nos grandes centros.

Para terminar esta fala quero reafirmar que a minha colaboração nesta mesa é uma construção, um diálogo com outros relatos, realizada a partir de observação pessoal, inúmeras leituras e entrevistas com pessoas que também se observam e se interpretam mutuamente. Gostaria que fosse entendida como um processo de um diálogo que se estabeleceu há muitos anos, que aqui se fortalece e que, sem dúvida, terá repercussões que fugirão de nosso controle. Tais como a vida e a obra do professor José Loureiro Fernandes.

Não posso, entretanto, finalizar minha participação sem comunicar aos senhores que o MAE, tão caro ao professor Loureiro, não fugiu às comemorações do centenário de seu nascimento. Todas as atividades programadas para este ano foram norteadas visando homenageá-lo. E o que considero mais importante são as ações de restauro e preservação de parte do acervo: as pinturas à pastel de Vladmír Kozák com as figuras centrais da Congada da Lapa; as telas de Levandowski sobre a Cavallhada de Palmas; o esboço de Poty com o tema do painel Os Xetá; o figurino e demais adornos da Congada e os diplomas do professor Loureiro, que encontram-se sob a guarda do museu.

¹⁰ Nesta época o Museu Paranaense esteve subordinado à Prefeitura de Curitiba, aguardando a organização do seu Departamento de Cultura o qual só ocorreu a 14 de outubro de 1937, quando foi sancionada a lei municipal número 65 que o criou (FERNANDES; NUNES, 1956:5). Em 1938, o Museu ficou, novamente, subordinado administrativamente ao Estado do Paraná, sob a jurisdição da Secretaria do Interior e Justiça.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**, lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FERNANDES, José Loureiro; NUNES, Marília Duarte. **Oitenta anos de vida do Museu Paranaense**. Curitiba: Tip. João Haupt e Cia. Curitiba. 1956.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARANÁ (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense. Coordenadoria do Patrimônio. Curitiba. Ata n. 1. 1936.

_____ Lei nº 112, de outubro de 1948. Cria a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná - DPHAC. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1948.

VILHENA, Luiz Rodolfo da Paixão. **Projeto e Missão**. Rio de Janeiro: Funarte. 1997.